

A large, stylized white letter 'I' inside a white circle, which is part of a network of colored circles (blue, teal, pink, dark blue) connected by lines.

# Simpósio Científico FSG

## de Graduação e Pós-Graduação

### O medo do conhecimento em Boghossian

Taciane Sandri de Anhaia (IFRS - Bento Gonçalves)

[taciane.anhaia@gmail.com](mailto:taciane.anhaia@gmail.com)

---

**BOGHOSSIAN, Paul. *Medo do Conhecimento: contra o relativismo e o construtivismo*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Editora Senac, 2012.**

Paul Boghossian é professor de filosofia da Universidade de Nova Iorque, graduado primeiramente em física, atualmente se dedica aos estudos epistemológicos, filosofia da mente e filosofia da linguagem. Boghossian escreveu o livro “*Medo do Conhecimento*” considerando suas inquietações frente às novas concepções construtivistas desenvolvidas pelos seus contemporâneos, frequentemente aceitas por uma gama de intelectuais que a utilizam em diferentes áreas, com amplas abordagens e justificativas. Um dos principais modelos construtivistas rebatidos pelo autor é situado na interpretação de autores como Rorty e Goodman.

O debate inicial versa sobre a teoria da igual validade entre as formas de conhecimento, e tem como pano de fundo a publicação bem conhecida do ano de 1996 pelo *The New York Times* sobre a contestação dos indígenas tribais às evidências arqueológicas das teorias sobre a origem das populações nativas americanas. Para as teses arqueológicas dominantes, os humanos chegaram inicialmente à América pela Ásia, atravessando o estreito de Bering cerca de 10 mil anos atrás. Já na concepção do povo Zuni, seus antecedentes vieram dos chamados Búfalos que vieram do interior da terra, após alguns espíritos a prepararem para a habitação da humanidade. (BOGHOSSIAN, 2012, p. 15).

Com base na discussão, o autor questiona os motivos que levaram alguns acadêmicos e teóricos da filosofia da ciência a adotar uma posição da igual validade entre as teorias. Para ele, tais pressupostos epistemológicos são típicos da contemporaneidade e demonstram uma série de dificuldades de fundamentação. Nas palavras do autor:

Por mais surpreendentes que sejam, essas observações seriam de interesse apenas superficial, não fosse a enorme influência da perspectiva filosófica geral que representam. Principalmente dentro da academia, mas também e inevitavelmente, em certa medida, fora dela, tem se enraizado a ideia de que existem “várias maneiras igualmente válidas de conhecer o mundo”, com a ciência sendo apenas uma delas (BOGHOSSIAN, 2012, p. 16).

Quando nos deparamos com um problema de grande dimensão como o que trata o pesquisador, temos em frente uma tarefa árdua de análise e reflexão, que diz respeito igualmente à questão delicada da hegemonia cultural. Com base em tais dilemas nos deteremos em reconstruir, neste texto, o posicionamento e justificativa do autor, para avistarmos posteriormente outros exemplos de posições distintas.

Para Boghossian (2012) a ciência tenta compreender a realidade tal como ela possa ser evidenciada, não havendo duas alternativas para o mesmo problema. Ou seja, uma delas tem de ser a verdadeira, e a outra não. Assim sendo, a ciência operaria com métodos e técnicas específicas para a aquisição do conhecimento, como a “observação, lógica e inferência para a melhor explicação e assim por diante, mas não a leitura de folhas de chá ou bola de cristal — que consideramos ser os únicos modos legítimos de formar crenças racionais sobre o assunto” (BOGHOSSIAN, 2012, p. 19).

Como forma de justificativa, Paul (2012) apresenta o argumento de que a ciência deve ser privilegiada por chegar mais perto de uma verdade julgada objetiva. Dessa forma, se houvessem vários modos de conhecimento válidos, não saberíamos em qual teoria acreditar; se deveríamos ter como base, por exemplo, o criacionismo Zuni, ou, os estudos (evidências) arqueológicas.

A consolidação da noção de que o conhecimento é fruto de uma construção social, vem sendo sustentada, até mesmo, por filósofos de corrente analítica, bem como Ludwig Wittgenstein, Rudolf Carnap, Richard Rorty, Thomas Kuhn, Hilary Putnam e Nelson Goodman, entre outros (BOGHOSSIAN, 2012). A postulação da noção de conhecimento socialmente construído indicaria que o mesmo não depende de uma realidade externa objetiva, tampouco de elaborações puramente mentais e cognitivas. A efetivação do conhecimento estaria vinculada ao processo contínuo entre os dois polos mencionados, não existindo nada no mundo que por si só, de forma isolada, asseguraria uma verdade inquestionável. Em contrapartida,

[...] Se o fato de uma crença ser conhecimento é sempre uma função do ambiente social contingente em que foi produzida, então parece perfeitamente plausível que o que é conhecimento para nós não seja conhecimento para os Zunis, embora tenhamos acesso a todas as mesmas informações (BOGHOSSIAN, 2012, p. 23).

O autor quer enfatizar com o fragmento acima, a relevância do tão almejado método científico que pudesse validar e dar um amparo sólido ao que pretendemos conhecer, independente de nossos posicionamentos particulares. Se não tivermos nada que garanta uma objetividade do conhecimento verdadeiro, restaria acreditar que todas as formas de crenças poderiam ser legitimadas e relativizadas a um contexto. O mesmo dependeria sempre da cultura local, impossibilitando um conhecimento universal de referência para todas elas.

Dado ao resultado de tantas posições divergentes, por vezes entre as próprias correntes da filosofia acadêmica, outrora entre a filosofia e a ciência, e assim sucessivamente, o autor tenta mapear as vertentes de principal impacto. O autor destaca que:

Immanuel Kant se celebrou por negar que o mundo, tanto quanto podemos conhecê-lo, pudesse ser independente dos conceitos por meio dos quais nós o aprendemos. David Hume questionou nosso direito de pensar que existe algum conjunto de princípios epistêmicos inequivocamente corretos que capturem o que uma crença precisa para ser considerada racional. E Friedrich Nietzsche pode ser lido como alguém que se questiona se somos realmente levados a crer pelas evidências, em oposição a vários outros motivos não epistêmicos — interesse próprio ou ideologia — que poderiam estar agindo sobre nós (BOGHOSSIAN, 2012, p. 23).

Em relação às tantas abordagens, o autor questiona o que significa acreditar em algo. Ele pergunta sobre o que nos faz acreditar em dada teoria e não em outra, no sentido de identificar as motivações, e de analisar como constituímos nossas crenças.

Segundo Boghossian (2012), qualquer crença precisa ter um conteúdo a ser sustentado. Qualquer crença pode ser verdadeira ou falsa. As crenças racionais necessitam de razões, não são frutos retirados do nada. Nesse caso, quem crê geralmente considera algumas evidências capazes de aumentar a probabilidade da verdade da crença. Então, quando falamos em razões *epistêmicas*, estamos nos referindo às que estão embasadas sempre aos motivos e evidências que nos levam a acreditar no que julgamos verdadeiro. Já as razões *não epistêmicas* são aquelas que nos fazem acreditar em algo, por exemplo, na base do medo, do respeito; da autoridade; do dinheiro; do gênero, entre outras.

Também temos as razões *pragmáticas*. Segundo o autor, a razão pragmática não aumenta a probabilidade da crença ser verdadeira, ou seja, [...] as considerações oferecidas

não falam da verdade da crença, mas apenas das vantagens pragmáticas de tê-la (não ter sua cabeça decepada) (BOGHOSSIAN, 2012, p.32). Ainda:

Essa distinção — entre razões epistêmicas e pragmáticas para a crença — é ilustrada pelo famoso argumento de Blaise Pascal de que todos temos razões para crer em Deus. A tese de Pascal era a de que as consequências de deixarmos de crer em Deus caso Ele exista (o fogo do inferno e a danação eterna) são bem piores do que as consequências de crer em Deus caso Ele não exista. Portanto, é melhor, em suma, crer do que não crer. (BOGHOSSIAN, 2012, p. 32).

Sendo as razões da crença classificadas em diferentes modelos, como exemplificado pelo autor, podemos ainda discorrer sobre a pertinência e plausibilidade de nossas justificativas. Paul (2012) demonstra que o que parece ser um bom motivo para acreditar que a nossa crença se sustente pode não mais corresponder ao nosso julgamento quando confrontados com novas evidências. Nas palavras do autor,

[...] alguém pode ter boas razões para crer em algo em dada época e então, em consequência de mais informações, deixar de ter boas razões para crer na mesma proposição algum tempo depois. Os gregos pré-aristotélicos acreditavam justificadamente que a Terra era plana; nós acreditamos justificadamente que ela é redonda (BOGHOSSIAN, 2012, p.33).

No mesmo exemplo podemos perceber que para termos a “prova” da crença de que a terra é mesmo redonda, a crença necessitou ser primeiramente uma crença racional e justificada. Porém, para que fosse considerada conhecimento foi necessário uma forma de comprovação que a efetivasse. A saber, nesse caso, se partíssemos de um ponto A em linha reta, teríamos que chegar ao mesmo ponto de partida. Hoje temos meios melhores de análise, como os satélites e até mesmo as rotas de aviões que confirmam decididamente que nosso planeta é de fato redondo. “Então nossa crença de que ele é redondo é tanto justificada quanto verdadeira; conforme a definição padrão, platônica e amplamente aceita de conhecimento, nossa crença, então, conta como conhecimento” (BOGHOSSIAN, 2012, p. 34). Logo

Conhecimento:

1. S crê em p
2. S está justificado em crer em p
3. P é verdadeiro

Para uma investigação sobre o que significa o chamado conhecimento socialmente construído, o autor faz referência a Ian Hacking, especialmente no livro *The Social Construction of What?* (A construção social do quê?), em que a obra aponta alguns fatos e conhecimentos entendidos como socialmente construídos. “E dizer que foi *socialmente* construído é acrescentar que foi fabricado por uma sociedade, por um grupo de pessoas organizadas de um modo particular, com valores, interesses e necessidades particulares” (BOGHOSSIAN, 2012, p. 35).

Ao analisar o conhecimento socialmente construído pelo viés argumentativo de Hacking, onde ele nos diz que estarmos cientes do que consolidamos socialmente é uma constatação libertadora e necessária, o autor rebate concisamente, afirmando que:

[...] Primeiro, não é verdade que se algo é um fato natural nós estejamos simplesmente sujeitos a ele. A poliomielite é uma doença puramente natural, mas ela poderia ter sido erradicada e quase o foi. O curso do rio Colorado é o resultado de forças puramente naturais, mas foi possível transformá-lo mediante a construção de uma represa (BOGHOSSIAN, 2012, p.38).

Apesar das rígidas e bem elaboradas objeções sobre algumas concepções de conhecimento socialmente construído, acreditamos que as críticas à ideia de “construção do fato” pela suposta tese de Nelson Goodman ainda estão distantes em elucidação das propostas apresentadas. Elas merecem uma análise diferenciada, em outra oportunidade.

Segundo o autor (Boghossian, 2012), a observação de que dinossauros existiram, independentemente de uma descrição dos mesmos, implica em dizer que são, portanto, uma realidade objetiva. Considerando que,

Como poderia se dar ambos os casos de que os primeiros americanos tenham se originado na Ásia e que eles não tenham se originado lá, e sim num mundo de espíritos subterrâneos? Como poderia se dar ambos os casos de que o mundo seja plano (fato construído pelos gregos pré-aristotélicos) e que seja redondo (fato construído por nós)? E assim por diante (BOGHOSSIAN, 2012, p. 66).

É nítido para Paul (2012) que o construtivista teria de abraçar ambas respostas, se sustenta não existir uma verdade no mundo a ser encontrada. E como resolvemos isso? Ainda mais que:

O problema não depende de realmente haver duas comunidades que construíram fatos reciprocamente incompatíveis. Enquanto for simplesmente possível que uma comunidade tenha construído P e que outra tenha construído o fato de que não P ou o fato Q que acarreta não P, temos uma violação da não contradição (BOGHOSSIAN, 2012, p. 67).

Como elucidado acima, o interesse do autor é demonstrar por meio argumentativo alguns motivos que poderiam nos levar a desconsiderar a postulação da noção de conhecimento socialmente construído, em nome de um conhecimento científico. Para Boghossian (2012), este último seria o modelo verdadeiro de produção do conhecimento. Ele ainda é provocativo, quando faz menção aos dizeres do próprio título: “Mas isso apenas adia a verdadeira questão. Por que esse medo do conhecimento? De onde vem essa necessidade sentida de se proteger contra suas consequências?” (BOGHOSSIAN, 2012, p. 182). Complementando:

A visão intuitiva é a de que existe uma maneira pela qual as coisas são que é independente da opinião humana, e que somos capazes de chegar a uma crença sobre como as coisas são que é objetivamente razoável, cativadora de qualquer um capaz de apreciar a evidência relevante a despeito de sua perspectiva social ou cultural. Por mais difíceis que essas noções possam ser, é um erro pensar que a filosofia recente descobriu razões poderosas para rejeitá-las (BOGHOSSIAN, 2012, p. 182).

Consideramos, no presente texto, as principais justificativas e apontamentos contra o relativismo e o construtivismo que o autor sustenta. Contudo, ainda nos resta uma reflexão sobre os motivos que nos levariam a acreditar em tal postulação, quando analisamos sob a ótica apresentada, e, quando transferimos as mesmas questões para as divergências teóricas da mesma área. Ainda podemos nos questionar sobre quando nos importa as razões epistêmicas e quando nossas razões pragmáticas são úteis para a humanidade. Alguns campos distintos de conhecimento são igualmente essenciais e complementares às produções da ciência, não sendo suficiente a comparação entre ambas; assim como não comporta ao exercício lúdico, uma correspondência com a verdade.